

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2008

ANEXO II DA DN TCU Nº 93, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

- 1.1 **Nome/Unidade Gestora:** AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB;
- 1.2 **Número do CNPJ** : 86.900.545/0001-70;
- 1.3 **Natureza Jurídica** : Autarquia, Administração Indireta;
- 1.4 **Vinculação** : MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT;
- 1.5 **Endereço** : Setor Policial SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco A - CEP 70610-200 – Brasília – DF, Telefone: (61) 3411-5500 – Fax: 3411-5609;
- 1.6 **Endereço eletrônico** : <http://www.aeb.gov.br>;
- 1.7 **Código do Órgão** : 203.001/20402 – Agência Espacial Brasileira – AEB;
- 1.8 **Norma de criação** : Lei nº 8.854, de 10.02.1994 – Natureza Civil – finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional;
- 1.9 **Normas estruturais** : Decretos nºs 4.566 e 4.718, de 01.01.2003 e 04.06.2003, respectivamente;
- 1.10 **Publicação no DOU** : Criação da AEB em 11.02.1994; Regimentos da AEB em 01.01.2003, edição especial e 05.06.2003, respectivamente;
- 1.11 **Função de Governo** : 19 – Ciência e Tecnologia;
- 1.12 **Tipo de Atividade** : 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; e 122 – Administração Geral; e
- 1.13 **Situação da Unidade** : Em funcionamento.

2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

2.1 – Caracterização do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, criada em 10 de fevereiro de 1994, pela Lei nº 8.854, tem como função formular e coordenar a execução do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE.

O Programa Espacial, ao lado de outros programas como o de energia nuclear, defesa nacional e Amazônia, integra o terceiro eixo estratégico do Plano de Ação C.T&I 2007-2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia, que trata da “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas”.

Dentro de uma visão estratégica nacional de longo prazo para o setor, o PNAE tem como objetivo geral o desenvolvimento e a utilização de tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para a construção da soberania e autonomia, geração de novos conhecimentos e desenvolvimento econômico e social do País.

2.2 – Estratégia de atuação da AEB na execução das políticas espaciais

Com os objetivos específicos do programa PNAE, a AEB busca as seguintes linhas de atuação:

- Capacitar o país para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, incluindo as questões associadas:
 - ao monitoramento ambiental e às mudanças globais,
 - à observação do território nacional e do levantamento de recursos naturais,
 - ao controle de tráfego aéreo e às comunicações de governo.
- Estabelecer uma infra-estrutura espacial, composta de centros de lançamento, veículos lançadores e satélites.

O PNAE é um programa de caráter multisetorial, compreendendo, em 2008, um total de 26 ações de naturezas finalísticas e 6 ações administrativas, envolvendo 4 unidades orçamentárias. O desempenho envolveu 4 Unidades Orçamentárias nos seguintes percentuais: o MCT com 21,8%, a AEB 75%, o FNDCT-Fundo Espacial 1,8% e o Ministério da Defesa-MD (Fundo Aeronáutico e ComAer) com 1,4%.

Compete ainda a AEB, o papel de coordenadora central do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais – SINDAE, o qual é integrado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; pelo Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial – CTA, vinculado ao Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa (MD); pela Indústria Aeroespacial e pelas Universidades Brasileiras.

2.3 – Descrição do Programa

2.3.1 – Programa 0464 – Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Tabela 1 – Dados gerais do programa 0464

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para a construção da soberania e autonomia, geração de novos conhecimentos e desenvolvimento econômico e social do País.
Gerente do Programa	Presidente da Agência Espacial Brasileira
Gerente Executivo	Diretor de Política Espacial e Investimentos Estratégicos da Agência Espacial Brasileira
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">• Índice de participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)• Grau de Domínio tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC)
Público Alvo	Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional.

O Programa desenvolve-se em torno de três grandes eixos para o alcance dos seus objetivos:

- Os recursos de infraestrutura de solo (centros de lançamento, laboratórios, estações terrenas e centros de controle de satélites) possibilitam a execução dos projetos de sistemas e aplicações espaciais. De especial interesse, é o projeto do Centro Espacial de Alcântara – CEA, que, com a colaboração e apoio do Centro de Lançamentos de Alcântara – CLA, possibilitará o início da exploração dos serviços comerciais de lançamento, por meio da recém criada empresa binacional, Alcântara-Cyclone Space – ACS.
- Os projetos de foguetes, como o Veículo Lançador de Satélites – VLS e os foguetes de sondagem, têm por finalidade proporcionar um acesso irrestrito e autônomo ao espaço.
- De igual importância, são os projetos de satélites: os Satélites da série CBERS, em cooperação com a China, que permitem a obtenção de imagens para monitorar desmatamentos e queimadas na região Amazônica, entre outras aplicações, e os Satélites de Coleta de Dados – SCD, largamente utilizados no monitoramento de bacias e lagos para produção de energia elétrica. Ainda em desenvolvimento, encontra-se o projeto da Plataforma Multimissão – PMM que tornará viável o satélite Amazônia-1, voltado à proteção ambiental.

2.3.1.1 – Ações do Programa e Coordenadores de Ação

Tabela 2 – Dados gerais dos responsáveis pela execução das ações do programa 0464

AÇÕES DO PNAE			
COD	AÇÃO	UNID. ORÇAMENTÁRIA	COORDENADOR DA AÇÃO
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	AEB	Diretor DPOA/AEB
0B18	Participação da União no Capital - Alcântara Cyclone Space - ACS	MCT	MCT
10ZG	Desenvolvimento do Satélite Lattes	AEB	Diretor INPE
10ZH	Desenvolvimento do Satélite do Programa Internacional de Medidas de Precipitação - GPM-Br	AEB	Diretor INPE
10ZI	Desenvolvimento do Satélite de Sensoriamento Remoto com Imageador Radar - MAPSAR	AEB	Diretor INPE
10ZJ	Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1	AEB	Diretor INPE
10ZK	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3	AEB	Diretor INPE
10ZL	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4	AEB	Diretor INPE
1C68	Implantação do Sistema de Metrologia, Normalização e Certificação para a Área Espacial	AEB	Diretor DTEL/AEB
116K	Estudos para a Implantação do Centro Espacial de Alcântara	AEB	Diretor DTEL/AEB
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	AEB	Diretor DPOA/AEB
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	AEB	Diretor DPOA/AEB
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	AEB	Diretor DPOA/AEB
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	AEB	Diretor DPOA/AEB
2253	Funcionamento e Atualização do Laboratório de Integração e Testes	AEB	Diretor INPE
2272	Gestão e Administração do Programa	AEB	Diretor DPOA/AEB
2357	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (Ct-Espacial)	FNDCT	Presidente Finep
2460	Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais	AEB	Diretor DTEL/AEB
2595	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial	AEB	Diretor DPEI/AEB
2595	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial	FunAer	MD
2B91	Desenvolvimento de Satélites de Comunicação e Meteorologia	AEB	Diretor DTEL/AEB
3704	Complementação da Infra-Estrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara	AEB	Diretor DTEL/AEB
4183	Pesquisa em Ciência Espacial	AEB	Diretor INPE
4195	Controle de Satélites, Recepção, Geração, Armazenamento e Distribuição de Dados	AEB	Diretor INPE
4422	Funcionamento do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno	ComAer	MD
4424	Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara	ComAer	MD
4933	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Espacial	AEB	Diretor DTEL/AEB
4934	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de Pequeno Porte	AEB	Diretor DTEL/AEB
4958	Pesquisa e Aplicações de Dados de Satélites de Observação da Terra	AEB	Diretor INPE
4959	Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores para o Setor Espacial	AEB	Diretor INPE
6239	Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites	AEB	Diretor DTEL/AEB
6240	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes de Sondagem	AEB	Diretor DTEL/AEB
6704	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Associadas a Veículos Espaciais	AEB	Diretor DTEL/AEB
DPEI - Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos			
DTEL - Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento			
DSAD- Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento			
DPOA- Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração			

2.3.1.2 – Principais Resultados do PNAE

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) cumpriu, em 2008, importantes etapas para a consecução da política espacial brasileira, destacando-se, no campo das aplicações espaciais e satélites, o avanço da promoção dos produtos CBERS, com mais de 500 mil imagens distribuídas e a implantação de uma rede internacional de distribuição de imagens.

Em 2008, foi testada com sucesso a recepção de imagens do CBERS-2B na África do Sul e Egito e foram instalados sistemas de processamento CBERS na Estação de Maspalomas, Ilhas Canárias. Também, está em fase de implantação uma antena de recepção em Boa Vista, RR, que permitirá a cobertura da região do Caribe. Esses resultados confirmam o reconhecimento internacional da qualidade e confiabilidade dos produtos CBERS.

Embargos sofridos pelo Brasil quanto ao acesso a partes e componentes eletrônicos de qualidade espacial podem acarretar atraso no cumprimento da meta de lançamento do satélite CBERS-3 em 2010, e possivelmente do CBERS-4, previsto para 2013. Etapas importantes concluídas em 2008 foram a integração do modelo de engenharia do CBERS-3, ocorrida na China, com participação de equipes brasileira e chinesa e a conclusão do teste estático no Modelo Estrutural (SM) do CBERS 3 e 4, que são passos importantes para dar início à fabricação dos equipamentos de vôo dos satélites.

O cumprimento da meta de lançamento do satélite Amazonia-1 até 2010 depende da conclusão da PMM e da câmera óptica de imageamento terrestre para compor a carga útil do satélite. Para concluir a Plataforma Multimissão (PMM), resta, ainda, completar o desenvolvimento de quatro subsistemas contratados junto à indústria aeroespacial brasileira (estrutura, gestão de energia, comunicações e propulsão) e desenvolver o sistema de controle de órbita e atitude. Apesar do atraso considerável na entrega dos subsistemas de gestão de energia e de comunicações da PMM, esforços têm sido envidados junto às empresas contratadas, com vistas a recuperar esse atraso, de modo a não comprometer o cumprimento da meta estabelecida.

Outro fator crítico para o atingimento da meta é o desenvolvimento do subsistema de controle de atitude e gestão de bordo cuja licitação foi suspensa por decisão judicial, resultante de recurso impetrado por uma das empresas desclassificadas no certame, e posteriormente cancelada pelo INPE.

Para superar essa restrição, um acordo governamental foi firmado com a Argentina, que, por meio da empresa pública INVAP, que atua na área espacial, proverá a tecnologia para o desenvolvimento nacional desse subsistema.

Um resultado importante foi o lançamento da licitação para desenvolvimento da câmera imageadora para o satélite Amazônia-1, que aumentará a capacidade de observação do território nacional, além de fortalecer e firmar a competência nacional na área de óptica espacial.

Em busca do domínio do acesso ao espaço destacam-se a realização bem sucedida do teste do motor do primeiro estágio do Veículo Lançador de Satélites, VLS-1, em cumprimento de etapa importante do programa de aumento de confiabilidade do foguete. Para o desenvolvimento e fabricação desse veículo, já foi dado início a um processo licitatório de Pré-Qualificação de empresas para a industrialização do VLS-1, que se encontra em andamento. A AEB constituiu uma Comissão, composta por pessoal do CTA/IAE que está finalizando os procedimentos técnicos e administrativos necessários para viabilizar a respectiva licitação. A realização do primeiro vôo de teste tecnológico do VLS-1 em 2010 está, ainda, sendo

perseguido. Entretanto, os problemas relativos à finalização do contrato de consultoria com empresa da Federação Russa, que está pendente, devido à não promulgação ainda, pelo lado brasileiro, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com a Rússia, poderá prejudicar o atingimento da meta na data almejada.

Os trabalhos relativos à construção da Torre Móvel de Integração – TMI deverão ser iniciados em 2009. Após longas discussões e negociações entre o CTA/IAE e o Consórcio PMM, vencedor da licitação, ambos chegaram a um acordo sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado, que somente foram concluídas no início do mês de dezembro, data em que foi assinada a ordem de serviço para dar início às obras. Estima-se concluir a construção no início do segundo semestre de 2010.

No tocante aos foguetes de sondagem, destacam-se os 3 lançamentos realizados no Centro Espacial de Esrange, na Suécia, como parte do Programa Europeu de Microgravidade, utilizando-se o propulsor brasileiro VSB-30. O sucesso desses lançamentos confirma a qualidade e confiabilidade desse propulsor.

Outro fato importante, em 2008 foi a decisão quanto à localização do sítio de lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4 em área do CLA, que permitirá a continuidade e maiores avanços no cumprimento do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia, apesar do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território de quilombola em Alcântara-MA publicado pelo INCRA em 4 de novembro de 2008.

Aquela decisão possibilitou a continuidade e avanços de outras importantes ações, destacando a definição dos requisitos técnicos de infraestrutura física e de serviços necessários para os lançamentos do Cyclone-4 e a demarcação, já concluída, da área do sítio de lançamento desse foguete. Para evitar maiores atrasos no cumprimento do Tratado firmado com a Ucrânia, a implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA) sofreu uma simplificação, passando a focalizar, no momento, apenas no primeiro sítio comercial de lançamento, que será cedido, sob regime oneroso, para a Alcântara Cyclone Space (ACS) para o lançamento do Cyclone-4. O projeto original do CEA passará por uma revisão, mediante estudos contratados com o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Visando restaurar as competências necessárias ao PNAE por meio de ações de estímulo e valorização de profissionais, fortalecimento de equipes, treinamento e capacitação de especialistas e formação de massa crítica em áreas estratégicas, a AEB buscou entendimentos com o CNPq, com vistas a estabelecer plano de ação conjunto, valendo-se dos mecanismos e instrumento de bolsas daquela agência de fomento. Esse entendimento permitiu ao CNPq, mediante recursos repassados pela AEB, a aprovar dois projetos, um do INPE e outro do IAE, concedendo um total de aproximadamente 35 bolsas de desenvolvimento tecnológico industrial, como forma de fortalecer e capacitar as equipes daquelas instituições.

2.3.2 – Principais Ações do PNAE

2.3.2.1 – Ações 10ZK e 10ZL – Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro – Projeto CBERS 3 e 4

Tabela 3 – Dados gerais das ações 10ZK e 10ZL

Tipo	Ação Orçamentária – Projeto
Finalidade	Desenvolver, fabricar, testar e colocar em órbita um satélite de sensoriamento remoto de nova geração da série CBERS e desenvolver o sistema de operação do satélite em cooperação com a República Popular da China, visando ampliar a capacidade do país em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente.
Descrição	<p>O satélite CBERS-3 será equipado com quatro câmeras para imageamento da superfície do Planeta. Todas as fases da missão serão desenvolvidas em cooperação com a China, estando as responsabilidades pela fabricação e os custos divididos em iguais partes entre China e Brasil.</p> <p>As atividades a serem desenvolvidas envolvem:</p> <ul style="list-style-type: none">• desenvolvimento das especificações da missão;• organização do plano de gerenciamento e do plano gerencial e industrial;• especificação e aquisição de equipamentos, partes e componentes; contratação de consultorias e serviços;• desenvolvimento e engenharia dos segmentos do satélite, dos subsistemas e dos equipamentos que compõem o satélite;• fabricação e acompanhamento da fabricação das partes;• integração e testes dos subsistemas, segmentos e sistema; planejamento e execução das operações de lançamento; desenvolvimento dos testes finais de aceitação dos sistemas. <p>O sistema de satélites CBERS fornece, em caráter operacional, imagens de todo território brasileiro para diversas aplicações e também distribui imagens para os países da América do Sul e está planejada a instalação de estações de recepção em países da América Latina e da África.</p> <p>O satélite CBERS-4 é parte de uma segunda geração de satélites, iniciada com o CBERS 3. Na fabricação do CBERS-4, utilizam-se várias tecnologias desenvolvidas para o CBERS-3. O satélite CBERS 4 é desenvolvido em conjunto com o CBERS-3, e o seu lançamento está previsto para 2011, permitindo a substituição do CBERS-3 em continuidade do Sistema.</p> <p>A manutenção de um sistema de satélites de sensoriamento remoto é fundamental para monitoramento e controle do desmatamento o que contribui para a redução do aquecimento do planeta. O CBERS-4 também será equipado com quatro câmeras para imageamento da superfície do Planeta.</p> <p>Cada satélite levará a bordo as seguintes cargas úteis: quatro imageadores ópticos; transmissores de dados de imagens (DT); gravador de dados digital (DDR); sistema de coleta de dados (DCS). São partes</p>

	constituintes da missão: o satélite, o segmento de suporte ao desenvolvimento e o sistema de operação e lançamento.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Atividades Espaciais
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou execução	Instituto Nacional de Atividades Espaciais
Coordenador Nacional da Ação	Diretor do Instituto Nacional de Atividades Espaciais
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Testes do modelo de engenharia do satélite CBERS-3 iniciados • Teste estático da estrutura dos satélites CBERS-3 e 4 finalizado • Testes dinâmicos do Modelo Estrutural finalizados • Testes do modelo radio elétrico realizados parcialmente • Desenvolvimento da maquete radioelétrica concluído • Testes de recepção de imagens CBERS com sucesso no Egito e África do Sul

Tabela 4 – Metas e Resultados das ações 10ZK e 10ZL

AÇÃO	PREVISTA		REALIZADA	
	FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
CBERS-3	16 %	47.280.786	14%	47.010.834
CBERS-4	6%	7.200.000	6%	5.341.445

2.3.2.2 – Ação 10ZJ – Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1

Tabela 5 – Dados gerais da ação 10ZJ

Tipo	Ação Orçamentária – Projeto
Finalidade	Desenvolver e fabricar satélite de observação da Terra com aplicação direta na otimização do monitoramento da região Amazônica.
Descrição	O Amazônia-1 tem como missão prover dados para o Monitoramento ambiental, principalmente dar continuidade e aperfeiçoar o sistema de detecção em tempo real (DETER) do desflorestamento no Brasil. Será o primeiro satélite a utilizar a plataforma multi-missão (PMM), cuja conclusão está prevista para o final de 2009. O Amazônia-1 consolidará no País a capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Unidades Executoras	Instituto Nacional de Atividades Espaciais
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou execução	Instituto Nacional de Atividades Espaciais
Coordenador Nacional da Ação	Diretor do Instituto Nacional de Atividades Espaciais
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Assinado acordo internacional com a Argentina para que a empresa argentina INVAP dê suporte ao INPE para desenvolvimento de tecnologias de navegação e controle de satélites; • Contratada a empresa OPTO Eletrônica para o desenvolvimento do sensor AWFI (Advanced Wide Field Imager) para equipar o satélite Amazônia-1; • Finalizada a análise de viabilidade para identificar os impactos técnicos (potência, massa, capacidade de armazenamento e taxa de transmissão de dados e requisitos de apontamento) para acomodação da Câmara RAOCAM 3 na carga útil do Satélite. • Assinado acordo internacional com o RAL (Rutherford Appleton Laboratory), da Inglaterra, para inclusão do imageador de alta resolução RAL-CAM-3 como instrumento adicional no módulo de carga útil do satélite.

Tabela 6 – Metas e Resultados da ação 10ZJ

PREVISTA		REALIZADA	
FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
6%	10.800.000	6%	8.966.608

2.3.2.3 – Ação 6239 – Desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites – VLS

Tabela 7 – Dados gerais da ação 6239

Tipo	Ação Orçamentária – Atividade
Finalidade	Garantir a autonomia do País no desenvolvimento de veículos lançadores a serem utilizados em lançamentos dos satélites nacionais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).
Descrição	Realização de estudos, projeto e revisão, fabricação, integração, ensaios, análise de conformidade e operação de veículos lançadores. Incluem seus sistemas, subsistemas, peças e componentes, além de dispositivos associados e meios de solo, englobando recuperação, certificação e implementação de laboratórios e plantas industriais relacionadas, cobrindo o ciclo completo desde a concepção e revisão do projeto de veículo até a análise de resultados de vôos.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Unidades Executoras	Instituto de Aeronáutica e Espaço/CTA/ComAER/MD
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou execução	Instituto de Aeronáutica e Espaço/CTA/ComAER/MD
Coordenador da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"> •Modificações no Projeto VLS-1 em andamento com 86% realizado; •Preparação do “Mockup” de Integração e de Ensaios das Redes Elétricas (MIR) do VLS-1, com realização de 33%; •Teste do motor do primeiro estágio do VLS realizado com sucesso

Tabela 8 – Metas e Resultados da ação 6239

PREVISTA		REALIZADA	
FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
1 Tecnologia desenvolvida	24.778.368	1 Tecnologia desenvolvida	2.381.696

2.3.2.4 – Ação 6240 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes de Sondagem

Tabela 9 – Dados gerais da ação 6240

Tipo	Ação Orçamentária – Atividade
Finalidade	Capacitar o País e garantir sua autonomia em tecnologia de foguetes de sondagem que possibilitem a execução de experimentos suborbitais
Descrição	Desenvolvimento de tecnologias e soluções de engenharia, fabricação e ensaio, em solo, de sistemas e subsistemas de uma família de novos protótipos de foguetes de sondagem, bem como de dispositivos e meios de solo para testes e lançamento. Transferência para a indústria das tecnologias de foguetes de sondagem já dominadas pelo CTA/IAE, utilizando-se o instrumento de poder de compra do governo como um dos meios para incentivar a inserção da indústria nacional no mercado de lançamento de foguetes.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Unidades Executoras	Instituto de Aeronáutica e Espaço/CTA/ComAER/MD
Áreas Responsáveis pelo Gerenciamento ou execução	Instituto de Aeronáutica e Espaço/CTA/ComAER/MD
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"> •Realização de 3 lançamentos (07/fev, 21/fev e 15/maio) no Centro Espacial de Esrange, na Suécia, como parte do Programa Europeu de Microgravidade, utilizando-se o propulsor VSB-30. O sucesso dos vôos confirma a excelência e confiabilidade do veículo lançador brasileiro; •Lançamento em 26/10, a partir do CLBI, do foguete Orium para treinamento operacional de equipes e qualificação do foguete. O sucesso foi parcial, devido ao lançador não ter cumprido totalmente a trajetória prevista.

Tabela 10 – Metas e Resultados da ação 6240

PREVISTA		REALIZADA	
FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
9 Foguetes Lançados	3.283.401	4 Foguetes Lançados	148.037

2.3.2.5 – Ação 3704 – Complementação da Infra-Estrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA

Tabela 11 – Dados gerais da ação 3704

Tipo	Ação Orçamentária – Projeto
Finalidade	Complementar, de acordo com o Plano Diretor do CLA, a infra-estrutura existente no centro, de modo a torná-lo operacional para a prestação de serviços comerciais de lançamento de satélites.
Descrição	Realização de investimentos complementares necessários à infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara, de modo a atender as necessidades de longo prazo do PNAE, bem como colocá-lo em condições de atrair investimentos de empresas estrangeiras interessadas na exploração comercial de serviços de lançamento de satélites a partir do CLA. Os investimentos complementares abrangem a melhoria das infra-estruturas operacional e de apoio, bem como das condições de acesso ao CLA, além do reassentamento de famílias hoje vivendo em áreas de segurança do Centro.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Unidades Executoras	Centro de Lançamento de Alcântara /CTA/ComAER/MD
Área Responsável pelo Gerencia/o ou execução	Centro de Lançamento de Alcântara /CTA/ComAER/MD
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira
Principais Resultados	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Obras e serviços contratados pelo CLA para a modernização e manutenção do: <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de rastreamento, • Sistema de Integração e Lançamento • Sistema de Comando, Controle e Segurança • Sistema de Apoio Logístico e • Instalações Prediais

Tabela 12 – Metas e Resultados da ação 3704

PREVISTA		REALIZADA	
FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
6 %	6.803.466	6 %	0,00

Obs: A partir de 2009, as demais ações relativas a complementação das obras de infraestrutura do CLA serão absorvidas pela ação 7F40-Implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA), que incorporará também outros investimentos de infraestrutura geral, em adequação à nova concepção do CEA e às provisões estabelecidos no Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia para a exploração dos serviços comerciais de lançamento a partir de Alcântara, utilizando-se o foguete ucraniano Cyclone-4.

2.3.2.6 – Ação 116K – Estudos para a implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA

Tabela 13 – Dados gerais da ação 116K

Tipo	Ação Orçamentária – Projeto
Finalidade	Elaborar estudos e projetos para a implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA.
Descrição	Realização de levantamentos e revisão dos estudos de viabilidade técnica-econômica; complementação dos estudos geotécnicos; revisão do projeto básico, avaliação de alternativas técnicas-econômicas observando os aspectos de eficiência e economicidade; revisão e análise dos custos; complementação dos estudos de impacto ambiental; obtenção de licenças ambientais e complementação dos projetos executivos de engenharia.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	Agência Espacial Brasileira
Unidades Executoras	Agência Espacial Brasileira
Área Responsável pelo Gerenciamento ou execução	Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira
Coordenador Nacional da Ação	Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira
Principais Resultados	Celebração de Convênio com o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o desenvolvimento e acompanhamento do modelo de gestão para a complementação da infraestrutura do Complexo Espacial de Alcântara.

Tabela 14 – Metas e Resultados da ação 116K

PREVISTA		REALIZADA	
FISICO	FINANCEIRO	FISICO	FINANCEIRO
1 Estudo Realizado	40.000.000	0	0

Obs: O convênio foi assinado em dezembro de 2008, não tendo havido execução física ou financeira nesse ano.

2.4 – Desempenho Operacional do Programa 0464 – PNAE

a) Utilidade

O indicador “**Número Índice de Tecnologias geradas no âmbito do Progama**”, anteriormente adotado, foi substituído, em 2008, por outro indicador denominado “**Índice de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC)**”, visto que este último melhor expressa um dos principais resultados buscados pelo programa espacial, qual seja, o nível de capacitação da indústria nacional no desenvolvimento e domínio daquelas tecnologias consideradas como críticas e estratégicas no setor espacial. O indicador anterior por contabilizar como tecnologia gerada, todos os produtos, processos, técnicas ou protocolos gerados no âmbito dos projetos de desenvolvimento, resultou num índice, sem grande expressão ou representação do grau de capacitação tecnológica nacional, por refletir, meramente, as pequenas e inúmeras melhorias de processos, técnicas ou protocolos desenvolvidos pelos institutos de pesquisa.

Na seleção das tecnologias, que passaram a compor a lista de produtos e processos tecnológicos e que servirão de base para a apuração do índice do novo indicador, foram considerados os seguintes critérios:

- importância da tecnologia para os sistemas ou serviços espaciais de grande interesse para o País; dificuldades de importação existentes no âmbito internacional;
- potencial valor comercial dessas tecnologias para empresas brasileiras; e
- competências e facilidades disponíveis no País, que permitam aspirar a contribuições inovadoras ao estado da arte

O índice base desse novo indicador é 10,83% (2007), estimando-se atingir, em 2011, o percentual de 77,5%

b) Tipo: eficácia, eficiência e efetividade

Tabela 15 – Execução físico/financeira de 2008

UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO	CÓD. DA AÇÃO	ORÇAMENTO EMPENHADO	FINANCEIRO		FÍSICO			
			PAGO		UNID.	PROG.	EXEC.	
			VALOR	%	MEDIDA			%
		A	B	C = B / A	D	E	F	G = F / E
ADMINISTRAÇÃO DA AEB		11.342.473	8.255.035	72,78%				
PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS		4.262.189	3.975.566	93,28%	UNID.	147	123	83,67%
Pagamento de Pensões	0181	87.250	81.587	93,51%	UNID.	5	3	60,00%
Assistência Médica	2004	26.769	25.741	96,16%	UNID.	47	45	95,74%
Assistência Pré-escolar	2010	5.705	5.542	97,14%	UNID.	4	7	175,00%
Auxílio-transporte	2011	36.887	22.499	60,99%	UNID.	43	23	53,49%
Auxílio-alimentação	2012	93.305	88.352	94,69%	UNID.	48	45	93,75%
Contribuição Fundo Pensão	09HB	49.182	39.055	79,41%	NÃO			
Gestão e Adm. Programa – Pessoal	2272	3.963.091	3.712.790	93,68%	NÃO			
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL		7.080.284	4.279.469	60,44%				
Gestão e Adm. Programa – Custeio	2272	4.366.955	4.075.130	93,32%	NÃO			
Gestão e Adm. Programa – Contrib.	2272	1.706.829	182.429	10,69%	NÃO			
Gestão e Adm. Programa – Invest.	2272	1.000.000	18.163	1,82%	NÃO			
Contribuição à FIA	0489	6.500	3.747	57,65%	NÃO			
AÇÕES FINALÍSTICAS		190.592.346	83.303.622	43,71%				
Apoio a Projetos de Pesquisa	4933	2.350.000	1.978.259	84,18%	UNID.	15	0	0,00%
Desenv. De Produtos e Processos	4959	4.438.000	3.286.505	74,05%	UNID.	2	2	100,00%
Pesq. Desenv. Veículos Lançadores	6704	8.590.643	804.119	9,36%	UNID.	2	0	0,00%
Funcionamento da Infra-estrutura	2460	14.242.574	4.660.954	32,73%	UNID.	3	1	33,33%
Desenv. Satélite Lattes	10ZG	1.500.000	900.921	60,06%	% EXEC.	1	1	100,00%
Complementação da Infra-estrutura	3704	6.803.466	0	0,00%	% EXEC.	6	6	100,00%
Desenv. e Lanç. De Sat. de Peq. P	4934	1.760.000	1.588.443	90,25%	UNID.	1	1	100,00%
Desenv. Satélite GPM-BR	10ZH	1.000.000	396.064	39,61%	% EXEC.	1	1	100,00%
Desenv. De Veículos Lançadores	6239	24.778.368	2.381.696	9,61%	UNID.	1	1	100,00%
Desenv. Lançadores de Foguetes	6240	3.283.401	148.037	4,51%	UNID.	9	4	44,44%
Capacitação Espacial do Setor	2595	378.000	31.062	8,22%	UNID.	516	66	12,79%
Funcionamento do LIT	2253	2.500.000	2.213.237	88,53%	UNID.	1	1	100,00%
Desenv. Satélite MAPSAR	10ZI	1.000.000	753.847	75,38%	% EXEC.	1	1	100,00%
Desenv. Satélite Amazônia 1	10ZJ	10.800.000	8.966.608	83,02%	% EXEC.	6	6	100,00%
Desenv. Satélite CBERS 3	10ZK	47.280.786	40.010.834	84,62%	% EXEC.	16	13	81,25%
Desenv. Satélite CBERS 4	10ZL	7.200.000	5.341.445	74,19%	% EXEC.	6	6	100,00%
Pesquisa em Ciências Espaciais	4183	2.100.000	1.355.497	64,55%	UNID.	75	75	100,00%
Controle de Satélites e Recepção	4195	6.772.500	5.606.450	82,78%	UNID.	2.000	30.000	1500,00%
Pesquisa e Aplicações de Dados	4958	2.695.000	2.248.554	83,43%	UNID.	20	20	100,00%
Desenv. Satélites de Comunicação	2B91	200.000	0	0,00%	% EXEC.	1	0	0,00%
Estudos p/ implantação do CEA	116K	40.000.000	0	0,00%		0	0	#VALOR!
Implant. Sistema de Metrologia	1C68	919.608	631.090	68,63%	% EXEC.	6	4	66,67%
EXECUÇÃO PELO ORÇAMENTO		201.934.819	91.558.657	45,34%				

Fonte: SIAFI e SigPlan

Em, 31/12/2008

A AEB descentralizou para os órgãos executores do PNAE (GIA-CTA, CLA, CLBI e INPE) 94% do orçamento referente às ações finalísticas, conforme tabela-15 do presente relatório. O desempenho operacional ficou sob responsabilidade dos órgãos executores, não cabendo, neste caso específico, discorrer sobre a execução orçamentária e financeira das ações descentralizadas e, ainda, os critérios adotados para medir a eficiência, eficácia e efetividade.

Na tabela-15 consta a execução físico/financeira do PNAE. No entanto, a informação disponibilizada restringe-se apenas aos números coletados no SIAFI e SigPlan. Pelos valores apresentados pode-se inferir que a eficácia foi atendida, considerando o programado e o executado.

A fórmula para apurar o grau de eficácia desse indicador, tem por finalidade medir, em números, o resultado da execução das ações que apresentam um determinado produto. A tabela-15 apresenta os resultados pela equação: divisão das metas física/financeira realizadas pela metas física/financeira programadas, multiplicado por 100. Pelos resultados apurados, a AEB, em conjunto com os órgãos executores, conseguiram atingir os objetivos programados para o exercício em comento.

As ações administrativas executadas na AEB representaram, apenas, 6% do orçamento anual. Os programas de assistência aos servidores foram executados conforme determinam as legislações vigentes. Nesse sentido, o órgão procurou ofertar aos servidores o que a legislação permite, procurando em cada caso específico, aplicar os conceitos administrativos voltados para medir a eficiência no atendimento das demandas dos servidores.

A nova Presidência da AEB, nomeada a partir de março de 2008, dentro do critério de eficiência, editou a Portaria PRE nº 76/08, que versa sobre normas para as descentralizações do orçamento da AEB para os demais órgãos públicos abrangidos pelos orçamentos fiscal e de seguridade social. A referida portaria visou reduzir o tempo entre a solicitação dos órgãos e a efetiva descentralização. Este foi o primeiro ano de vigência da portaria, somente a partir de 2009 é que poderemos medir a eficiência desse ato normativo interno.

Outra preocupação da nova administração refere-se ao elevado nível de inscrição de Restos a Pagar. Em 2007 foi de 55,95% do orçamento empenhado e, em 2008, 54,66%. Conforme discorrido, a AEB descentralizou 94% do orçamento para os órgãos executores em 2008. Dessa forma, a inscrição ocorre nos órgãos executores. A AEB realizou ao longo do exercício, reuniões com os executores, para verificar os gargalos na execução. Foram apontados algumas disfunções que contribuíram para o elevado nível dos Restos a Pagar, conforme demonstrado nas letras “g” e “h” desse subitem.

c) Fórmula de cálculo

- **Índice de participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN):** relação percentual entre os valores pagos, nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços para o programa espacial, e o montante do dispêndio total com as ações finalísticas do PNAE, em cada exercício fiscal.
- **Índice de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial:** relação entre o somatório do estágio de desenvolvimento (Tabela 3) do equipamento ou processo tecnológico crítico, definido como estratégico para o PNAE (Tabela 1), multiplicado pelo peso atribuído à relevância ou finalidade desses produtos ou processos (Tabela 2) e o somatório desses pesos, segundo a seguinte fórmula :

$$I_{IDTEC} = 100 \frac{\sum_{i=1}^{N_{eq}} d_i \cdot P_i}{\sum P_i}$$

Onde:

Neq = quantidade de equipamentos na Lista de Produtos e Processos Tecnológicos Críticos (Tabela 16);

Pi = grau de interesse ou relevância (Tabela 17)

di = estágio de desenvolvimento (Tabela 18)

Tabela 16 – Lista de produtos e processos tecnológicos críticos e graus de interesse ou relevância associado

Ítem	Tecnologia/Produto/Processo	Instituição	Relevância
1	Computador Avançado para Sistema de Supervisão de Bordo	INPE	5
2	Sensor de Estrelas	INPE	5
3	Recepção GPS com Antena Ativa	INPE	5
4	Banco de Testes para Motores a Propelente Líquido	IAE	5
5	Fabricação de Propulsores Sólidos acima de 2000mm	IAE	5
6	Motor Foguete a a Propelente Líquido 220 kN a 300 kN	IAE	5
7	Motor Foguete a a Propelente Líquido 55 kN a 75 kN	IAE	5
8	Motor Foguete a a Propelente Líquido 15 kN a 20 kN	IAE	5
9	Motor Foguete a Propelente Líquido 3 kN a 5 kN	IAE	5
10	Giroscópio a Fibra Óptica	IEAv	5
11	Laboratório para Ensaios Ambientais – VLS	IAE	5
12	Subsistema de Controle de Atitude da Plataforma Multi-Missão	INPE	5

Tabela 17 – Graus de interesse ou relevância (p)

Discriminação	Peso
Tecnologia Restrita (TR)	5
Promoção de Exportação (PE)	3
Substituição de Importações (SI)	2
Outras Categorias (OC)	1

Tabela 18 – Estágio e ambiente de desenvolvimento (d)

Estágio de Desenvolvimento	Ambiente de Desenvolvimento	
	Instituto de Pesquisa	Empresa Nacional
Não Iniciado	0	0
Em Desenvolvimento	0,15	0,25
Qualificado/Testado	0,8	0,95
Industrializado	1	

d) Método de aferição

Índice de participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) – a aferição pode ser feita levantando-se os valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços para o programa espacial. O indicador não inclui produtos ou serviços considerados como de “prateleira”, tais como equipamentos (computadores, por exemplo) ou softwares comerciais, que tenham sido adquiridos, ainda que como uma necessidade decorrente das atividades de P&D, ou serviços, como de manutenção, conservação e vigilância em geral. No entanto, serviços técnicos especializados relacionados, como exemplo, a contratos de manutenção de antenas, radares e outros equipamentos similares, são considerados na apuração do indicador.

Índice de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) – a aferição pode ser feita auditando-se o desenvolvimento das tecnologias, produtos ou processos junto às instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento .

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição.

As medições são realizadas pelo INPE e IAE/CLA/CTA, como principais órgãos de execução do PNAE, cabendo à Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) da AEB o cálculo dos índices.

f) Resultado do indicador no exercício.

- **Índice de participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)** – 40,05
- **Índice de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC)** – 20%

g e h) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido pelo indicador.

Os principais problemas estruturais ou situacionais ainda persistem, visto que a quase totalidade das suas soluções depende das políticas governamentais estabelecidas por outros órgãos setoriais de governo. Não obstante este fato, a AEB, sempre que possível, tem feito articulação com esses órgão ou participado de foros de discussão para externalizar esses problemas.

Entre os problemas situacionais, já anteriormente relatados, cabem, novamente, ser citados:

- A restrição à importação de componentes de qualificação espacial dos Estados Unidos, que resultou na necessidade de reprojeter inúmeros equipamentos do satélite CBERS, acarretando em atrasos e aditivos nos contratos em vigor;
- A dificuldade na celebração de novos contratos causada pelos longos prazos de análise requeridos pelo Núcleo de Assuntos Jurídicos de S. José dos Campos (NAJ/SJC/CGU/AGU), relacionados ao INPE e ao CTA, de modo que diversos contratos são assinados apenas no final do ano, exibindo, assim, baixa execução;

Como principais disfunções estruturais verificadas e que, caso corrigidas, poderiam impactar de forma mais intensa e positiva nos resultados, podem ser destacadas as seguintes:

- Pouco Exercício do Poder de Compra do Estado:

Nos países detentores de tecnologia espacial, o papel do Estado é fundamental no direcionamento dos esforços de P&D espacial, no estabelecimento de políticas de compras governamentais e no desenvolvimento inicial de bens e produtos, onde os riscos e custos são elevados, para, posteriormente, serem transferidos à indústria, como ocorre com satélites e veículos lançadores nos EUA e na Europa. Para esse efeito, o Estado deve não só exercer o papel de estimulador do desenvolvimento científico e tecnológico, como também auxiliar a promover a criação de um mercado, no qual as empresas possam se desenvolver e expandir, buscando inclusive a exploração de outros mercados externos. Assim, de forma complementar às diversas ações de natureza governamental já em andamento, torna-se necessária a assunção pelo Estado, de forma mais efetiva, do papel de comprador e usuário dos serviços e produtos gerados pelo setor espacial nacional. É necessária também a adoção da área espacial como questão de Estado, inserindo-o no planejamento estratégico de longo prazo, como segmento de infra-estrutura econômica, tão relevante quanto transporte, energia, recursos hídricos ou comunicações;

- Limitações da Lei de Compras e Contratações na contratação de Desenvolvimentos Tecnológicos:

A legislação atual (Lei 8.666/93) tem uma concepção voltada ainda para a contratação de obras civis e compras ordinárias. Para os casos de projetos de desenvolvimento tecnológico, a legislação traz restrições, como exemplo, para que uma ou mais empresas, além de participar da fase de concepção e elaboração do projeto, como estímulo à melhoria da qualidade, possam também participar da fase de produção ou desenvolvimento. Inexistem também mecanismos de contratação mais flexíveis, tipo “cost-plus”, para a fase de elaboração do projeto, impondo a modalidade “preço fixo” apenas à fase de produção, quando o risco se torna marginal. Há necessidade de aprovação de legislação específica para flexibilizar as regras de compras e encomendas governamentais junto às empresas da cadeia produtiva espacial brasileira, reduzindo a carga tributária dos produtos e serviços do setor espacial e criando também incentivos fiscais para empresas que produzam no país bens e serviços da área espacial.

- Descontinuidades e incertezas nos investimentos:

A recuperação do volume dos investimentos a patamares, no mínimo, próximos daqueles verificados ao longo da década de 80, como decorrência da decisão de Estado pelo domínio do ciclo completo da tecnologia espacial, quando os aportes médios anuais foram da ordem de U\$ 200 milhões, associada à garantia de uma estabilidade no fluxo desses recursos, constitui o principal desafio do programa espacial, na dimensão dos investimentos. A abrupta ruptura e descontinuidade dos investimentos verificados desde o início da década de 90 até o início dos anos 2000 ocasionaram grande atraso nos projetos, descontinuidade nas contratações com a indústria, desmobilização de equipes e, principalmente, um grande descompasso entre os programas associados aos centros de lançamento, veículos lançadores e satélites, definidos como eixos estratégicos centrais no processo de domínio do ciclo completo da tecnologia espacial. Apesar da lenta e gradativa recuperação dos investimentos verificada a partir de 2004, os recursos atuais ainda estão muito aquém daqueles previstos no PNAE para o período de 2005 a 2014, que aponta uma necessidade média anual da ordem de R\$ 550

milhões, como forma de recuperar o hiato e descompasso gerado e possibilitar o início de novos desenvolvimentos, ampliando o leque de alternativas que a tecnologia espacial pode prover para a solução dos problemas nacionais e que tragam benefícios para a sociedade em geral.

2.4.1 – Evolução de Gastos Gerais

Tabela 19 – Evolução dos gastos gerais em 2008 – UG 203001

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS (exterior e país)	543.375,27	288.022,11	284.282,69
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	344.938,27	205.849,98	191.880,84
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.990.503,19	2.302.384,12	2.655.831,00
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2.* Vigilância, Limpeza e Conservação	1.199.143,34	1.197.630,40	1.161.924,28
3.3.**Tecnologia da informação	253.722,70	393.216,82	435.940,56
3.4.*** Outras Terceirizações	524.494,16	702.001,12	1.051.537,00
3.5. Suprimento de fundos	13.142,99	4.767,89	3.214,58
4.**** CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	4.767,89	3.214,58
TOTAIS	2.878.816,73	2.796.256,21	3.131.994,53

Em 2006 – Valores retirados das contas:

* Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação e Créditos Concedidos ao MCT face pagamento de Condomínio

**Apoio Administrativo Técnico e Operacional

*** Fretes e Transp. de encomendas, Transporte de Servidores, Serviços de Copa e Cozinha e Manut. e Conserv. Bens Móveis.

Em 2007 – Valores retirados das contas:

* Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação e Créditos Concedidos ao MCT face pagamento de Condomínio

*** Fretes e Transp. de encomendas, Transporte de Servidores, Serviços de Copa e Cozinha e parte da conta Apoio Administrativo face ter retirado a parte de TI.

**** Valores retirados da conta 2.9.2.4.1.03.09 – Suprimento de Fundos (pelo valor efetivamente utilizado).

Em 2008 – Valores retirados das contas:

* Vigilância Ostensiva, Limpeza e Conservação e Créditos Concedidos ao MCT face pagamento de Condomínio

**Apoio Administrativo Técnico e Operacional

*** Fretes e Transp. de encomendas, Transporte de Servidores, Serviços de Copa e Cozinha e parte da conta Apoio Administrativo face ter retirado a parte de TI.

**** Valores retirados da conta 2.9.2.4.1.03.09 – Suprimento de Fundos (pelo valor efetivamente utilizado).

3 – NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

4 – INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, CONFORME QUADRO II.A.2

Tabela 20 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscrito/Reinscrito	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	1.733.717,50	25.055,03	1.238.632,45	470.030,02
2007	1.749.492,31	0,00	26.048,90	1.723.443,41	295.135,31	43.368,03	251.767,28	0,00
2008	1.723.443,41	0,00	0,00	1.723.443,41	41.453.340,11	0,00	0,00	41.453.340,11
Total Acumulado	1.723.443,41	0,00	0,00	1.723.443,41	41.453.340,11	0,00	0,00	41.453.340,11

Notas:

. UG – 203001 - Código da Unidade Gestora responsável pelo lançamento

. Saldo Final em 31/12/2008 – saldo do final do exercício sob análise

. O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:

- > as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
- > discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

5 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO, CONFORME QUADRO II.A.3, ALÉM DE OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAR NECESSÁRIAS

Conforme Quadro II A3 – TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIOS E OUTROS TIPOS), ANEXO.

6 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

7 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

8 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

9 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

10 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

11 – DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO, DISCRIMINANDO O TOTAL DE DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA E SAQUES NO PERÍODO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, CONSIDERANDO O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO E OS DOIS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Tabela 21 – Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas

Ano	Item	Fatura		Saque	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006**	-	-	-	-	-
2007	30	-	2.813,03	1	170,00
	39	-	1.954,86	2	289,90
TOTAL 2007			4.767,89		
2008***	30	-	2.755,63	-	-
	39	-	458,95	-	-
TOTAL 2008			3.214,58		

* Valores retirados da conta 2.9.2.4.1.03.09 – Sup. de Fundos (pelo v^r efetivamente utilizado)

** Não houve utilização do Cartão de Crédito Cooperativo no ano de 2006

***Não houve saque no Cartão de Crédito Cooperativo no ano de 2008

Tabela Y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Ano 2007

Limite de utilização total da UG:		21.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:		Consumo e Serviços	
Limites concedidos a cada portador			
Portador:	Francisco de Carvalho Dias	Limite:	11.000,00
Portador:	Carlos Eduardo Areias Tayar	Limite:	8.000,00
Portador:	João Luiz Filgueiras de Azevedo	Limite:	2.000,00

Ano 2008

Limite de utilização total da UG:		18.000,00	
Natureza dos gastos permitidos:		Consumo e Serviços	
Limites concedidos a cada portador:			
Portador:	Carlos Eduardo Areias Tayar	Limite:	8.000,00
Portador:	Edivaldo Sousa Gonçalves	Limite:	8.000,00
Portador:	André de Assis Machado	Limite:	2.000,00

12 – INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO, CONFORME DISPOSTO ABAIXO.

- 1. Número do relatório** : 190125
- 2. Descrição da recomendação** : Publicação na internet do Relatório de Avaliação da Gestão.
- 3. Setor Responsável pela implementação** : Coordenação de Comunicação Social da AEB
- 4. Providências adotadas:** : Cumprido. Respondido pelo Ofício nº 138/DPOA, de 20.5.08. Recebido pelo servidor José de Ribamar – Técnico de Finanças e Controle, dessa CGU, no mesmo dia às 17h54.

- 1. Número do relatório:** : 208902
- 2. Descrição da recomendação** : Incluir, nas finalidades do grupo de trabalho em andamento, a elaboração de indicadores de desempenho operacional.
- 3. Setor Responsável pela implementação** : AEB
- 4. Providências adotadas:** : Cumprido parcialmente. Foi aberto o Processo nº 01350.000168/2008-73, visando a contratação de empresa especializada em indicadores operacionais e com carga horária de 40h. Em agosto de 2008 foi expedido memorando para que as unidades indicassem os servidores para participarem do curso. Devido as divergências de tempo e horário de todos os participantes e, ainda, da própria empresa em montar um curso que atendesse os interesses do órgão, o mesmo ainda não foi implementado. Respondido pelo Ofício nº 235/DPOA, de 4.8.08. Recebido pelo servidor Luiz de Gonzaga – Técnico de Finanças e Controle, dessa CGU, no dia 5.8.08, às 11h15.

13 – INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU EXPEDIDAS NO EXERCÍCIO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO, CONFORME DISPOSTO ABAIXO.

- 1. Número da Decisão ou do Acórdão** : Acórdão nº 397, de 12.3.08
- 2. Descrição da determinação ou da recomendação** : Encaminhado pelo Ofício nº 032/2008-TCU/SECOB, de 14.3.08
- 3. Setor Responsável pela implementação** : AEB
- 4. Providências adotadas** : Cumprido. Respondido pelo Ofício nº 140/PRE/08, de 28.5.08, recebido pelo TCU em 29.5.08, às 16h53.

- 1. Número da Decisão ou do Acórdão** : Acórdão nº 2542, de 29.7.08
- 2. Descrição da determinação ou da recomendação** : Encaminhado pelo Ofício nº 808/2008-TCU/SECEX-6, de 30.7.08
- 3. Setor Responsável pela implementação** : Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA e AEB
- 4. Providências adotadas** : Cumprido. Respondido pelo Ofício nº 255/DPOA, de 11.8.08.

- 1. Número da Decisão ou do Acórdão** : Acórdão nº 2326, de 22.7.08
- 2. Descrição da determinação ou da recomendação** : Encaminhado pelo Ofício nº 1587/2008-TCU/SECEX-SP, de 30.7.08
- 3. Setor Responsável pela implementação** : AEB
- 4. Providências adotadas** : Cumprido. Respondido pelo Ofício nº 260/DPOA, de 12.8.08.

- 1. Número da Decisão ou do Acórdão** : Acórdão nº 3325, de 9.9.08
- 2. Descrição da determinação ou da recomendação** : Encaminhado pelo Ofício nº 1024/2008-TCU/SECEX-6, de 11.9.08
- 3. Setor Responsável pela implementação** : AEB
- 4. Providências adotadas** : Cumprido. Não foi encaminhado ofício de resposta para o TCU. A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA deu ciência a todas as unidades da AEB pelo Memo-Circular nº 008/DPOA/08, de 15.9.08, referente ao subitem 1.4.4 do referido acórdão; emitiu, também, o Memo nº 48/DPOA, de 17.9.08, que trata do cumprimento do subitem 1.4.3 do multicitado acórdão.

- 1. Número da Decisão ou do Acórdão** : Acórdão nº 1952, de 10.9.08
- 2. Descrição da determinação ou da recomendação** : Encaminhado pelo Ofício nº 1034/2008-TCU/SECEX-6, de 15.9.08
- 3. Setor Responsável pela implementação** : AEB
- 4. Providências adotadas** : Cumprido. Respondido pelo Ofício nº 413/PRE/08, de 8.10.08, recebido pelo TCU em 13.10.08.

14 – NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

15 – NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

16 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Tabela 22 – Informações sobre a composição de recursos humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	09	228.290,37	09	272.460,12	09	392.168,60
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade						
Total Pessoal Próprio	09	228.290,37	09	272.460,12	09	392.168,60

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo*	36	877.024,33	33	1.126.818,75	38	1.734.760,32

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância	12	361.944,40	12	425.635,84	14	527.980,96
Pessoal Terceirizado Limpeza	10	176.670,00	10	176.064,89	10	218.387,38
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	08	119.962,04	11	176.820,82	08	164.225,25
Pessoal Terceirizado Outras atividades	19	386.940,05	21	591.416,02	38	912.909,46
Estagiários	17	86.332,76	12	76.221,47	02	17.870,63
Total Pessoal Terc + Estag	66	1.131.849,25	66	1.446.159,04	72	1.841.373,68

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	02	320.332,91	2	339.909,63	03	687.017,26
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	37	585.120,15	35	739.371,37	31	995.165,16
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	39	905.453,06	37	1.079.281,00	34	1.682.182,42
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	01	31.597,75	01	28.565,14	01	48.243,59
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal cedido pela Unidade	01	31.597,75	01	28.565,14	01	48.243,59

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	59	2.238.756,89
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	95	3.459.971,72
Total Geral	154	5.698.728,61

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício

17 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO D CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

A AEB firmou Termo de Parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para apoiar a divulgação científica em todo o território nacional das atividades desempenhadas pelo Projeto AEB-Escola.

A parceria foi assinada em 8 de outubro de 2008, no valor de R\$ 69.282,20. Em 30.10.09, a AEB recebeu a descentralização do valor pactuado pela 2008NC655589, visando apoiar a IV Jornada Espacial, evento que fez parte das Olimpíadas Escolares, realizadas no período de 2 a 8 de novembro de 2008, em São José dos Campos – SJC/SP.

A AEB criou o Projeto AEB-Escola em 2001 e, desde então, vem promovendo diversas atividades voltadas ao ensino da ciência, especialmente sobre o Programa Espacial Brasileiro. O projeto piloto encontra-se em desenvolvimento com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de palestras, seminários, work shops e treinamento de professores e alunos do ensino fundamental e médio.

Foi o primeiro ano em que o Ministério da Educação, por meio do FNDE, contribuiu para desenvolvimento do Projeto AEB-Escola. Esperamos que em 2009 consigamos um aporte maior de recursos, que contribuirão para a manutenção efetiva das atividades do projeto.

Tabela 23 – Execução da receita e despesa

EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Receita		Despesa	
2008PF656659-FNDE	12.637,68	Diárias	21.903,20
2008PF656690-FNDE	9.643,52	Elemento de despesa – 339014	12.431,52
2008PF656774-FNDE	28.923,81	Elemento de despesa – 339036	9.471,68
Subtotal	51.205,01		
2008PF000083-AEB(devolução)	-378,00	Passagens	28.923,81
		Elemento de despesa – 339033	28.923,81
Total das Receitas	50.827,01	Total das Despesas	50.827,01

ANEXO II DA DN TCU Nº 93, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008

1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, BALANÇO FINANCEIRO, BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PREVISTOS NA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.



Clência e Tecnologia  GOVERNO FEDERAL

Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 93, de 03.12.08, alterada pela
Decisão Normativa 96, de 04.03.09

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 26 de março de 2009.


LEONIZIA VIRGOLINO RAMOS
Chefe de Divisão/DCONT
CRC/DF nº 010944/0-7

2 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

3 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

4 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

5 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

6 – NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

7 – NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO/NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

Brasília-DF, 27 de abril de 2009.

JOSÉ DE ANCHIETA MOURA FÉ
Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração
Substituto

Aprovo.

À Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração para encaminhar o presente Relatório de Gestão à Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI da Controladoria-Geral da União – CGU/PR, ao Tribunal de Contas da União – TCU e ao Assessor de Controle Interno do MCT.

Brasília-DF, de abril de 2009.

CARLOS GANEM
Presidente da AEB